REVISTA AC
Publicação científica

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

CONSULTORIA TRIBUTÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRODUÇÃO TÊXTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - PB

TAX CONSULTING: A CASE STUDY IN A TEXTILE PRODUCTION COMPANY IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BENTO

Petros Renan Custódio da Silva Almeida 1[1]

[1] Faculdade Caicoense Santa Teresinha, Caicó, RN, Brasil. E-mail: petrosrenan@gmail.com

Autor correspondente: petrosrenan@gmail.com

Resumo

O presente trabalho abordará sobre consultoria tributária: um estudo de caso em uma empresa de produção têxtil no município de São Bento - PB. A ausência de um planejamento tributário eficaz pode resultar em um aumento nos custos operacionais, refletindo negativamente na receita bruta das empresas. Diante disso, como a ausência de um estudo aprofundado sobre a carga tributária afeta a receita bruta das empresas industriais do setor têxtil em São Bento/PB e quais estratégias poderiam ser implementadas para evitar impactos negativos nos consumidores e na competitividade do setor? O presente estudo tem o objetivo geral: analisar o regime atual da empresa, identificando seus pagamentos aos tributos e identificar se a mesma está obtendo lucros através da análise de balanços. A realização de um estudo sobre consultoria tributária em uma empresa de produção têxtil se justifica pela relevância econômica do setor na região. Essa pesquisa foi realizada através do método de estudo de caso em uma empresa de produção têxtil no município de São Bento – PB, a coleta de dados foi realizada por meio de fontes bibliográficas sobre o tema. Com o desenvolvimento da pesquisa, descobriu-se que a empresa têxtil analisada, situada no município de São Bento/PB, apresenta uma estrutura financeira equilibrada, com destaque para a gestão dos custos tributários e operacionais. A utilização do regime do Simples Nacional mostrou-se vantajosa para o perfil da organização, garantindo a simplificação do recolhimento de tributos e contribuindo para a manutenção de sua competitividade no mercado regional.

Palavras chaves: Consultoria. Tributária. Empresa. Produção. Textil.

Abstract

This paper will address tax consultancy: a case study in a textile production company in the city of São Bento - PB. The lack of effective tax planning can result in an increase in operating costs, negatively reflecting on the companies' gross revenue. Given this, how does the lack of an in-depth study on the tax burden affect the gross revenue of industrial companies in the textile sector in São Bento/PB and what strategies could be implemented to avoid negative impacts on consumers and the sector's competitiveness? The present study has the general objective: to analyze the company's current regime, identifying its tax payments and identifying whether it is making profits through balance sheet analysis. Carrying out a study on tax consultancy in a textile production company is justified by the economic relevance of the sector in the region. This research was carried out through the case study method in a textile production company in the city of São Bento - PB, data collection was carried out through bibliographic sources on the subject. As the research progressed, it was discovered that the textile company analyzed, located in the city of São Bento/PB, has a balanced financial structure, with emphasis on the management

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

of tax and operational costs. The use of the Simples Nacional regime proved to be advantageous for the organization's profile, ensuring the simplification of tax collection and contributing to maintaining its competitiveness in the regional market.

Keywords: Consulting. Tax. Company. Production. Textile.

1 Introdução

As empresas têm a necessidade primária de ter uma boa analise de financeira, para evitar problemas futuros, além de obter resultados mais eficientes, graças a uma economia perante pagamentos de tributos. Neste trabalho será mostrado a importância da análise, colocando como objeto de estudo uma análise da tributação de uma empresa industrial do setor têxtil do município de São Bento/PB.

O setor têxtil é uma importante base econômica no município de São Bento/PB, conhecido por sua tradição produtiva e contribuição para o mercado local e regional. A ausência de um planejamento tributário eficaz pode resultar em um aumento nos custos operacionais, refletindo negativamente na receita bruta das empresas. Como consequência, há o risco de que tais custos sejam repassados aos consumidores finais, prejudicando a competitividade e o acesso aos produtos. Diante disso, como a ausência de um estudo aprofundado sobre a carga tributária afeta a receita bruta das empresas industriais do setor têxtil em São Bento/PB e quais estratégias poderiam ser implementadas para evitar impactos negativos nos consumidores e na competitividade do setor?

O presente estudo tem o objetivo geral: analisar o regime atual da empresa, identificando seus pagamentos aos tributos e identificar se a mesma está obtendo lucros através da análise de balanços, decorrente da solicitação feita pela empresa analisada não será divulgado a sua identidade, devido à administração da mesma poder ficar muito exposta e comprometer sua competitividade frente seus concorrentes.

A realização de um estudo sobre consultoria tributária em uma empresa de produção têxtil é justificada pela importância econômica do setor na região, reconhecido por sua significativa contribuição para os mercados locais e nacionais. Nesse contexto, a elevada carga tributária constitui um dos principais desafios para a competitividade e a sustentabilidade financeira das empresas. A adoção de uma gestão tributária eficiente, apoiada por consultorias especializadas, pode ser fundamental para reduzir custos, otimizar a utilização de recursos financeiros e garantir o cumprimento adequado das obrigações fiscais.

2 Metodologia

Essa pesquisa foi realizada através do método de estudo de caso, a coleta de dados foi realizada por meio de fontes bibliográficas sobre o tema, para ajudar no entendimento das informações contidas nos relatórios e dados fornecidos pela empresa.

A pesquisa configura-se de forma descritiva, de caráter qualitativo. Pesquisa descritiva de acordo com Gil (1991), tem o objetivo da descrição das características de determinada população ou

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

fenômeno, fazendo a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como por exemplo, de questionário e a observação sistemática. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) a pesquisa qualitativa é: "os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito".

Os procedimentos realizados serão por meio de fontes primárias e secundárias. Os dados primários são através de um estudo caso, segundo Martins e Lintz (2007, p.23) "trata-se de uma técnica cujo objetivo é o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente".

A utilização deste método tem como objetivo confirmar a maneira mais adequada de tributação a ser empregada na empresa estudada. Para elaboração de um estudo de caso, é necessária uma coleta de dados bastante aprofundada, a fim de elucidar a situação analisada. O estudo de caso foi realizado através de dados fornecidos pela empresa, graças aos dados extratos do Simples Nacional, Declaração das Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) todas do ano calendário 2024.

Os dados secundários fundamentam-se em pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados por outros autores, tendo o objetivo de analisar posições diversas em relação a assuntos determinados. No trabalho, a pesquisa bibliográfica foi feita através de artigos científicos, leis, revistas, livros e pesquisas eletrônicas. Através destas informações pôde ser gerado o conhecimento necessário para a realização do planejamento tributário da empresa analisada.

3 Resultados

O estudo de caso foi feito através de uma análise dos tributos federais e estaduais extraídos dos documentos fornecidos pela empresa, como também será uma análise simplificada das demonstrações contábeis e uma previsão de lucro que seria obtido com a mudança dos regimes.

A empresa analisada fica localizada na cidade de São Bento, estado da Paraíba. Região muito conhecida pela grande produção têxtil de redes, tapetes, mantas e outros produtos que tem como matéria prima principal o fio de algodão.

A sua atividade econômica principal é tecelagem de feios de algodão (CNAE 13.21-9-00).

Através dos dados analisados dos extratos do Simples Nacional, da DEFIS, BP, DRE, DLPA, DMPL e DFC (todas do ano calendário 2024). Foi feito o planejamento tributário, observando que a empresa analisada está atualmente como optante do Simples Nacional.

3.1 CÁLCULO DO IMPOSTO PAGO ATRAVÉS DO REGIME DO SIMPLES NACIONAL

Os impostos recolhidos por meio do regime do Simples Nacional são definidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e incluem tributos federais, estaduais e municipais, unificados para facilitar a arrecadação. Entre os tributos federais estão o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), destinados ao financiamento de

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

programas de seguridade social. Também federais, o Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e o PIS/Pasep (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) têm como objetivo o financiamento da seguridade social e programas trabalhistas. A Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), calculada sobre a folha de pagamento, também faz parte deste regime, voltada ao custeio da Previdência Social (BRASIL, 2006).

No âmbito estadual, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) incide sobre a circulação de mercadorias e a prestação de serviços, sendo uma importante fonte de receita para os estados. Já o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), de competência federal, é aplicado à fabricação e comercialização de produtos industrializados. Esses tributos são recolhidos de forma integrada por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), reduzindo a burocracia e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais pelas empresas (BRASIL, 2006).

A atividade econômica da empresa é de Tecelagem de fios de algodão, ou seja, é uma indústria, então ela está enquadrada no anexo II da Lei Complementar nº 123/2006. Com base na receita bruta, mostra-se qual foi as alíquotas que a empresa está enquadrada através do Simples Nacional e também o que foi gerado de imposto, na tabela 01:

Tabela 01: Cálculo do imposto pago através do regime do Simples Nacional

Competência	Receita Bruta	Alíquota	Imposto devido
01/2024	R$ 44.512,50	7,48%	R$ 3.329,54
02/2024	R$ 49.087,00	8,03%	R$ 3.946,59
03/2024	R$ 40.003,00	8,03%	R$ 3.216,24
04/2024	R$ 40.732,00	8,03%	R$ 3.274,85
05/2024	R$ 49.165,00	8,04%	R$ 3.952,87
06/2024	R$ 42.643,50	8,04%	R$ 3.428,54
07/2024	R$ 48.281,00	8,03%	R$ 3.881,79
08/2024	R$ 56.147,50	8,04%	R$ 4.514,26
09/2024	R$ 61.146,25	8,04%	R$ 4.916,16
10/2024	R$ 50.742,50	8,04%	R$ 4.079,70
11/2024	R$ 63.788,00	8,04%	R$ 5.128,56
12/2024	R$ 75.536,85	8,03%	R$ 6.073,16
TOTAL	R$ 621.785,10	TOTAL	R$ 49.742,26

Fonte: Dados coletados pelo próprio autor no ano de 2024

3.1.1 Impostos pagos através do regime do Simples Nacional

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

Graças à unificação da arrecadação do Simples Nacional, o contribuinte irá pagar em um documento de arrecadação (DAS) todos os tributos, com a alíquota que a empresa fica enquadrada será dividido a porcentagem que será repassada para cada imposto, como mostra na tabela 02:

Tabela 02: Impostos pagos através do regime do Simples Nacional em 2024

Competência	IRPJ (R$)	CSLL (R$)	Cofins (R$)	Pis (R$)	INSS/CPP (R$)	ICMS (R$)	IPI (R$)
Jan	155,79	155,79	462,93	111,28	1.330,94	890,25	222,56
Fev	171,80	171,80	510,50	122,71	1.467,73	1.256,62	245,43
Mar	140,01	140,01	416,03	100,00	1.196,11	1.024,07	200,01
Abr	142,56	142,56	423,61	101,83	1.217,90	1.042,73	203,66
Mai	172,07	172,07	511,31	122,91	1.470,07	1.258,62	245,82
Jun	149,25	149,25	443,49	106,60	1.275,07	1.091,67	213,21
Jul	168,98	168,98	502,12	120,70	1.443,62	1.235,99	241,40
Ago	196,51	196,51	583,93	140,36	1.678,85	1.437,37	280,73
Set	214,01	214,01	635,92	152,86	1.828,29	1.565,34	305,73
Out	177,59	177,59	527,72	126,85	1.517,24	1.299,00	253,71
Nov	223,25	223,25	663,39	159,47	1.907,29	1.632,97	318,94
Dez	264,37	264,37	785,58	188,84	2.258,58	1.933,74	377,68
TOTAIS	2.176,19	2.176,19	6.466,53	1.554,41	18.591,69	15.668,37	3.108,88

Fonte: Dados coletados pelo autor no ano de 2024.

3.1.2 Encargos Sociais pagos no regime do Simples Nacional

Tabela 03: Encargos Sociais pagos no regime do Simples Nacional em 2024

Competência	Folha de pagamento (R$)	Contribuições Sociais	Alíquota	Valor Pago (R$)
Janeiro	6.503,00	INSS e FGTS	16,0%	1.040,48
Fevereiro	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80
Março	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80
Abril	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80
Maio	8.569,00	INSS e FGTS	16,0%	1.371,04
Junho	7.580,00	INSS e FGTS	16,0%	1.212,80

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

Julho	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Agosto	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Setembro	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Outubro	8.231,23	INSS e FGTS	16,0%	1.317,00
Novembro	7.900,00	INSS e FGTS	16,0%	1.264,00
Dezembro	9.213,71	INSS e FGTS	16,0%	1.474,20
TOTAL	103.010,63		TOTAL	16.481,72

Fonte: Dados coletados pelo autor no ano de 2024

3.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Visando a importância do estudo e interpretação das demonstrações contábeis, serão analisadas de forma simplificada as demonstrações fornecidas pela empresa, para descobrir como anda a sua situação econômica financeira e possíveis mudanças, focando as alterações de regime de tributação.

3.2.1 Análise do Balanço Patrimonial (BP)

No BP da empresa analisada, constam os dados das contas contábeis do ano calendário 2024, onde graças a isto pode ser evidenciado a evolução destas contas através da análise horizontal.

É essencial ressaltar que houve uma grande evolução das contas da empresa, em especial será analisada a evolução da conta Caixa Geral (código 05 do balancete), no ano de 2021 o seu saldo era de R$ 81.883,07 (oitenta e um mil oitocentos e oitenta e três reais e sete centavos), no ano seguinte, 2024, o saldo ficou de R$ 288.293,93 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), um aumento de 252,08%, em reais: 206.410,86 (duzentos e seis mil quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos).

Também foi muito significativo o aumento dos Lucros Acumulados (código 266 do balancete), o saldo do ano 2021 foi de R$ 467.943,37 (quatrocentos e sessenta e sete mil novecentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), diminuindo o prejuízo acumulado (saldo 2021), ficando com o saldo de R$ 465.758,25 (quatrocentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos), no ano 2024 obteve um aumento de 66,85%, em reais: 312.843,73 (trezentos e doze mil oitocentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos). Ficando com o saldo de R$ 778.601,98 (setecentos e setenta e oito mil seiscentos e um reais e noventa e oito centavos).

As demais contas do Balanço Patrimonial o seu aumento foi considerado na analise normal comparando com estas duas contas que teve um grande aumento comparando os dois exercícios.

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

Ao calcular e analisar os índices de liquidez, busca-se avaliar a situação financeira da empresa, utilizando indicadores como a liquidez imediata e a liquidez corrente. Esses índices permitem compreender a capacidade da organização de honrar seus compromissos financeiros em diferentes prazos, contribuindo para uma visão mais clara de sua saúde financeira.

No índice de liquidez imediata (disponível dividido pelo passivo circulante) deu 3,73, mostrando que a empresa está com condições suficientes para liquidar todas as suas obrigações de forma imediata, a curto prazo.

Já no índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), o resultado foi de 5,37, mostrando uma grande folga para a liquidação de suas obrigações em longo prazo.

3.2.2 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) revelou que a receita total da empresa em 2024 foi de R$ 621.785,10, composta por duas principais fontes de faturamento. A venda de produtos contribuiu com R$ 262.800,85, enquanto a venda de mercadorias somou R$ 358.984,25. Esses valores destacam a relevância de ambas as atividades na geração de receita, refletindo a diversificação das operações comerciais da organização ao longo do ano.

As deduções que estão compostas pelo pagamento do ICMS e do Simples Nacional, no total de R$ 45.431,14 (quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e quatorze centavos). Os custos das mercadorias vendidas no valor de R$ 226.624,02 (duzentos e vinte e seis mil seiscentos e vinte e quatro reais e dois centavos). As despesas operacionais da empresa em 2024, que englobam gastos com salários, pró-labore, FGTS, taxas diversas, IRRF e assistência contábil, totalizaram R$ 36.886,21. Esses custos refletem os compromissos financeiros necessários para manter a operação da organização e foram devidamente contabilizados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Após considerar essas despesas, o lucro antes do imposto de renda alcançou R$ 312.843,73, evidenciando uma gestão eficiente que permitiu à empresa manter um resultado financeiro positivo, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	Valores (R$)
Receita Bruta de Vendas	621.785,10
(-) Custos das Mercadorias Vendidas (CMV)	(226.624,02)
Lucro Bruto	395.161,08
(-) Despesas Operacionais	(36.886,21)
Lucro Operacional	358.274,87
(-) Impostos (ICMS e Simples Nacional)	(45.431,14)

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	Valores (R$)
Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR)	312.843,73
Margem Líquida (%)	50,31%

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise da margem líquida reforça essa performance, com um índice de 50,31%. Esse cálculo, que considera o lucro líquido em relação à receita total, mostra que para cada R$ 100,00 recebidos, R$ 50,31 são transformados em lucro. Esse desempenho demonstra a capacidade da empresa de gerar resultados expressivos, mesmo diante das despesas operacionais, e ressalta sua eficiência financeira no período analisado.

3.2.3 Análise das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Análise da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Observando a DMPL e DPLA da empresa, pode ser evidenciado que, a empresa obtém muitos lucros acumulados, mas não há nenhuma retirada deles, sendo em aumento no Capital Social, que é apenas R$ 1.000,00 (um mil reais), ou distribuição dos dividendos para o empresário. Acumulando o valor de R$ 780.787,10 (setecentos e oitenta mil setecentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

Realizando o índice de rentabilidade do patrimônio líquido (resultado líquido dividido pelo PL multiplicado por cem), que nele mostra a rentabilidade dos investimentos dos sócios na empresa, pode ser visto que, 40,13% do capital próprio da empresa é de retorno do investimento, ou seja, a cada R$ 100,00 (cem reais) R$ 40,13 (quarenta reais e treze centavos) é o retorno do investimento do empresário no capital próprio da empresa acumulado.

3.2.4 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Analisando de forma simples a DFC, que no caso estudado é feita pelo método direto, mostra que a empresa possuí muita capacidade para gerar caixa líquido, considerando que os valores recebidos por clientes foi de R$ 621.785,10 (seiscentos e vinte e um mil setecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos) e o total gasto no exercício foi de R$ 333.491,17 (trezentos e trinta e três mil quatrocentos e noventa e um reais e dezessete centavos), ocasionando o caixa líquido no final do exercício de R$ 206.410,86 (duzentos e seis mil quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos), totalizando o caixa geral em R$ 288.293,93 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e três reais e noventa e três centavos).

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

Dentro deste estudo foram analisados além das cargas tributárias, os tipos de matérias primas que são compradas pelas empresas ou o tipo de mercadoria que é comercializada, o custo da folha de pagamento e o próprio preço do produto final são influenciados, além das demonstrações contábeis (BP, DRE, DMPL, DLPA e DFC).

No estudo de caso apresentado, a empresa estudada está atualmente enquadrada no regime do Simples Nacional e tem como atividade econômica relativo à indústria (Tecelagem de fios de algodão).

Logo em seguida foi feito a análise das demonstrações contábeis, onde pode ser observado como está financeiramente à empresa.

Durante o ano calendário 2024 a empresa analisada teve a Receita Bruta de R$ 621.785,10 (seiscentos e vinte um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), pagou de impostos R$ 49.742,26 (quarenta e nove mil, setecentos e dois reais e vinte e seis centavos) e encargos sociais o valor de R$ 16.481,72 (dezesseis mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), totalizando o valor de R$ 66.224,16 (sessenta e seis mil duzentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), estando na opção do Simples Nacional.

Na análise feita nas demonstrações contábeis, foi evidenciado que a empresa está em poucas despesas, mostrando que, ela está realizando uma eficiente política econômica. Observando também, seria viável aumentar o capital social da empresa e distribuir os dividendos ao empresário, diminuindo assim a conta lucros acumulados, na qual nunca foram distribuídos contabilmente.

Sabendo destas informações e não havendo a necessidade da mudança do regime de tributação, a empresa, obviamente, está realizando um trabalho eficiente no que tange suas receitas brutas e pagamento de impostos, devido a isto, não foi visto nenhuma outra necessidade de recomendações para a empresa no que tange outra maneira de se aumentar os lucros realizando alguma economia de tributos, apenas no que se refere o aumento do Capital Social e distribuição de dividendos ao empresário, para que diminua a conta lucros acumulados.

5 Considerações finais

O objetivo do trabalho foi alcançado, com a pesquisa foi possível analisar o regime atual da empresa, identificando seus pagamentos aos tributos e identificar se a mesma está obtendo lucros através da análise de balanços.

A análise realizada demonstrou que o planejamento tributário aliado à gestão contábil eficiente desempenha um papel central na sustentabilidade financeira de empresas industriais. O estudo de caso revelou que a empresa têxtil analisada, situada no município de São Bento/PB, apresenta uma estrutura financeira equilibrada, com destaque para a gestão dos custos tributários e operacionais. A utilização do regime do Simples Nacional mostrou-se vantajosa para o perfil da organização, garantindo a simplificação do recolhimento de tributos e contribuindo para a manutenção de sua competitividade no mercado regional.

As demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), ofereceram dados essenciais para avaliar a saúde financeira da empresa. Durante o ano de 2024, foi identificado um aumento expressivo no saldo de caixa e nos lucros acumulados, o que demonstra a capacidade da organização de alcançar resultados positivos mesmo diante das obrigações tributárias. Esses indicadores refletem uma gestão econômica eficiente e um controle adequado das despesas.

Quanto ao regime tributário, a manutenção no Simples Nacional foi considerada apropriada, dado o perfil econômico e o faturamento da empresa. Não foi encontrada necessidade de alteração para outro regime, já que os custos tributários estão alinhados às receitas e permitem uma gestão fiscal simplificada. Essa análise destaca a relevância de revisões periódicas, tanto para

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

assegurar a conformidade tributária quanto para otimizar os resultados financeiros da organização.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços: Um enfoque econômico-financeiro. 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR: economia de impostos, racionalização de procedimentos fiscais, relevantes, questões tributárias, controvertidas questões tributárias, complexas questões tributárias, questões avançadas no universo da governança tributária. 9ª ed. rev e atualizada. - São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acessado em: 15 maio. 2024.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Simples Nacional, 2024. Disponível em: https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/. Acesso em: 15 nov. 2024.

_____. Lei nº 8.541 de 23 de dezembro de 1992. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8541.htm>. Acessado em: 16 maio.2024.

_____. Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430.htm>. Acessado em: 16 maio. 2024.

_____. Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9718.htm>. Acessado em: 18 maio. 2024.

_____. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispões sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L6404compilada.htm>. Acessado em: 18 maio. 2024.

_____. Lei nº 12.814 de 16 de maio de 2013. Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nºs 12.487, de 15 de setembro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.491, de 20 de julho de 2007; prorroga os prazos previstos nas Leis

v. [01] | n. [01] | p. [001-010] | [jan-jun] [2026]
ISSN: 3086-819X

nos 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2022/Lei/L12814.htm>. Acessado em: 10 junho. 2024.

_____. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acessado em: 20 junho. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 686 de 14 de dezembro de 1990. Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T.3. Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. Disponível em:<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/NBCT_3.pdf>. Acessado em: 29 outubro. 2024.

FABRETTI, Láudio Camargo.FABRETTI, Dilene Ramos. Direito Tributário para os cursos de administração e ciências contábeis. 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 1991.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. 1ª ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOREIRA, Assis. O Brasil tem a maior carga tributária da América Latina, diz OCDE. 2015. Revista Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3946654/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina-diz-ocde>. Acessado em: 05 maio. 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre, Guia Para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso. 2 ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA. Gustavo Pedro de. Contabilidade Tributária. 4ª Ed. Rev. - São Paulo: Saraiva, 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Lucro Real. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucroreal.htm>. Acessado em: 20 junho. 2024.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Lucro Presumido. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2000/orientacoes/lucropresumido.htm>. Acessado em: 20 junho. 2024.

SILVA, Adilson Alves da. Planejamento tributário eficaz resulta em bom resultado para a empresa. PUC-GO. 2015. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/236646478/Planejamento-Tributario-Eficaz-Resulta-Em-Bom-Resultado#scribd >. Acessado em: 21 novembro. 2024.